



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Igor Andrade. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Juá Belém solicitou à Secretaria Municipal de Saúde – Sesma uma atenção maior ao Centro de Controle de Zoonoses – CCZ. Parabenzou depois os participantes e principalmente as participantes do evento "Mulheres, tomem partido!", realizado na sexta-feira anterior, promovido pelo partido Republicanos. Parabenzou o presidente estadual do partido no Pará, Evandro Garla, secretário de Estado de Justiça, e a sua esposa Leny Silva, coordenadora do movimento Mulheres Republicanas no Pará, pelo evento, que contou com a presença da senadora Damares Alves. Salientou a importância da participação das mulheres na política, asseverando que no Republicanos elas têm realmente seu espaço e são respeitadas, não se tratando apenas de preenchimento de cotas. Chamou a atenção, em seguida, para o não cumprimento de algumas leis aprovadas neste parlamento e sancionadas pelo Executivo Municipal. É fundamental que leis estabelecendo direitos e garantias à infância, à educação e às pessoas com limitações e comorbidades sejam respeitadas, frisou, e a sociedade deve denunciar quando isso não ocorrer. Matheus Cavalcante afirmou que o prefeito Edmilson Rodrigues tem o maior índice de rejeição do Brasil. Alegou que a greve recente dos servidores da Fundação Papa João Paulo II – Funpapa mostrou o loteamento dos cargos por apoio político. A Prefeitura Municipal de Belém – PMB não consegue sequer manter o custeio da máquina pública, opinou. Acusou a atual gestão municipal de investir em obras desnecessárias, como o reasfaltamento de vias, e não realizar empreendimentos que realmente beneficiariam a população. Disse que a PMB não prioriza a realização da macrodrenagem da Bacia do Mata Fome, da macrodrenagem do Canal do Una e do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – Promaben. Anteriormente justificava-se a inação afirmando que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro boicotava a gestão municipal, mas atualmente não há justificativa para a falta de empenho da PMB em resolver os problemas históricos da cidade, apontou. No centro de Belém as ruas estão sendo apenas pintadas, indicou, dizendo ser uma forma de maquiagem a cidade e justificar gastos públicos. Sílvia Leticia referiu-se também à greve dos servidores municipais da Assistência Social, expondo que eles exigem o cumprimento de acordos firmados com a PMB desde 2022 – o realinhamento dos salários e a melhoria das condições de trabalho. A última reivindicação é o ponto central da greve porque não é possível atender a população em locais sem a mínima infraestrutura, tanto física como de equipamentos, de materiais e de alimentação, atestou. Relatou ter visitado unidades do Centro de Referência em Assistência Social – Cras em Belém e testemunhou que a debilidade nesses espaços impede ao povo o acesso ao mínimo, inclusive ao Bora Belém. Pediu a esta Casa que se posicionasse favoravelmente aos servidores em greve para que ela se resolvesse o mais rápido possível. Frisou a importância da Assistência Social apontando não se tratar apenas de transferência de renda, mas de atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em relação ao setor municipal de Saúde, destacou a decisão judicial de que a PMB atenda e resolva os problemas do HPSM Mário Pinotti e do HPSM do Guamá. Contou ter visitado o HPSM Mário Pinotti e visto os pacientes alocados nos corredores do hospital e constatado a falta de material básico para o atendimento. Faltam insumos e medicamentos no HPSM Mário Pinotti e no HPSM do Guamá, complementou, mas no HPSM do Guamá a situação é ainda pior, pois os pacientes estão sendo colocados em cadeiras de roda e expostos ao sol por falta de macas. Salientou que a luta dos servidores municipais da Saúde não se dá apenas por causa dos baixos salários (mil e sete reais no vencimento, pagos às técnicas de enfermagem e aos demais trabalhadores), mas devido às péssimas condições de trabalho. Propôs que este parlamento crie uma frente parlamentar em defesa dos serviços públicos em nossa cidade para visitar os HPSMs, as unidades do Cras e outras unidades da Assistência Social e as escolas municipais, onde o índice de assédio moral é

muito grande. Sobrelevou que a crise no Sistema Municipal de Saúde e na Assistência Social afeta principalmente a população mais pobre e vulnerável. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Êmerson Sampaio. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pablo Farah, sem partido, externou sua preocupação com o grande número de furtos de cabos e fios elétricos, que estão deixando partes da cidade às escuras e a população sem acesso à internet e a serviços essenciais. Informou que encaminharia ofícios ao secretário estadual de Segurança Pública e ao Gabinete do Prefeito solicitando a realização de uma operação conjunta contra essa atividade criminosa, envolvendo a Guarda Municipal de Belém – GMB e as demais forças de segurança do estado. Pediu a criação de uma força tarefa para por fim a esses crimes, incluindo a rede de receptadores do material furtado. Anunciou posteriormente que apresentaria um projeto de lei regularizando o ordenamento territorial e o horário de funcionamento de clubes de tiro em Belém. Considerou que o governo federal interferiu na competência municipal ao restringir, através de um decreto, a localização e o horário de funcionamento desses estabelecimentos. Assinalou que o Brasil é referência mundial no tiro esportivo e recordou que a primeira medalha de ouro olímpica de nosso país foi obtida nesta modalidade por Guilherme Paraense, tratando-se de um esporte totalmente seguro que não deve ser criminalizado ou marginalizado. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas reportou ter estado em Brasília, na semana anterior, participando de um encontro nacional do PSDB. Externou ter muita esperança na reconstrução do partido, principalmente devido à boa condução de Eduardo Leite. As principais lideranças partidárias participaram da elaboração de uma cartilha sobre o futuro do país, expondo como as coisas devem ser feitas em todos os segmentos, contou. Expressou ter ficado muito orgulhoso por representar este parlamento e o nosso estado no encontro, juntamente com o presidente estadual do partido, Nilson Pinto, e outras lideranças do PSDB no Pará. Pediu depois o apoio de seus pares à aprovação de um projeto de lei, que logo entrará em pauta, determinando a proibição da utilização de fogos de artifício que provoquem barulho em nossa cidade. Recordou que esta Casa anteriormente aprovara por unanimidade outro projeto de sua autoria proibindo a utilização, a fabricação e a venda de produtos dessa natureza. Entretanto, continuou, ele foi vetado pelo Executivo Municipal porque não compete ao Legislativo Municipal proibir a fabricação e a venda de qualquer produto. Fábio Souza, sem partido, lembrou que o presidente Lula liberou recentemente 7,4 bilhões em reais em emendas ao Congresso Nacional, enquanto municípios como Belém passam por dificuldades. Seria bom então avocar os deputados federais paraenses para que as emendas cheguem ao setor de Saúde de nossa cidade, ajuizou. O município de Belém tem um déficit imenso e qualquer prefeito que assuma não conseguirá produzir, julgou, considerando ser atualmente quase um suicídio político ser prefeito de nossa cidade. O piso salarial da Enfermagem foi aprovado, mas não foi colocado em prática porque os estados e municípios não têm dinheiro para pagá-lo, avaliou. Belém teve perdas significativas na arrecadação nos últimos três anos e os deputados federais devem ser sensibilizados a destinar emendas em benefício de nossa capital, reiterou. Criticou o presidente Lula por destinar bilhões de reais aos parlamentares do Centrão ao invés de socorrer os municípios. Comentou que o ministro das Cidades, Jäder Filho, sofreu um revés ao tentar ajudar Belém porque 50 milhões de reais destinados a uma obra na cidade foram devolvidos por imposição do Centrão. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Pelo Solidariedade, Igor Andrade anunciou que, no dia seguinte, o prefeito Edmilson Rodrigues assinaria a ordem de serviço para a duplicação da Avenida Bernardo Sayão, salientando que a PMB conta com os recursos e as parcerias do governo federal e do governo estadual. A atual gestão municipal está ciente dos problemas da cidade e busca soluções, declarou, alegando que a PMB foi perseguida pelo governo federal nos dois primeiros anos do atual mandato do prefeito Edmilson Rodrigues. Durante o governo do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, apenas 7% da obra do Promaben foi concluída, mas atualmente 40% do empreendimento já foi realizado pela PMB, comparou. Referiu depois ter apresentado um projeto de lei instituindo uma política municipal e também encaminhará um requerimento ao governo estadual para que altere a Lei nº 8967 instituindo o Cheque Moradia Comunitário, destinado aos centros comunitários e às associações de moradores devidamente regularizadas. Fez notar que tais entidades têm trabalhos comunitários a desenvolver e muitas vezes são carentes de recursos, carentes de espaços com melhor estrutura para oferecer serviços às comunidades. Em aparte, manifestou-se o vereador John Wayne. Pela liderança do PSOL, Gizelle Freitas prestou condolências à família do militar Carlos Eduardo, de 19 anos, que veio a óbito, na quinta-feira anterior, na Base Aérea de Belém – Babe, onde estava confinado havia uma semana. Aludiu posteriormente à greve dos servidores da Funpapa, julgando-a legítima. Afirmou que, como assistente social, conhece bastante a infraestrutura da rede de Assistência Social de nosso município, classificando-a como precária e atribuindo tal situação às gestões municipais anteriores. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então colocada em votação e aprovada por unanimidade a ata da Sessão Especial realizada para debater o tema “Projeto de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Mata Fome”. Em

seguida, o vereador Fábio Souza pediu Questão de Ordem solicitando que fosse realizada apenas a Primeira Parte da Ordem do Dia devido ao ambiente insalubre existente no Salão Plenário. O vereador Matheus Cavalcante opôs-se a essa solicitação e o presidente John Wayne respondeu que o trabalho legislativo seria acelerado nesta sessão, mas ela seria realizada integralmente porque não haveria sessão ordinária no dia seguinte. Explicou que intensa chuva ocorrida no final de semana danificara o forro do Salão Plenário, molhando também o painel eletrônico, mas o forro já fora recuperado, restando, porém, um forte cheiro no local. Foi feita posteriormente a leitura da matéria constante em pauta na Primeira Parte da Ordem do Dia e o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Procedeu-se depois à leitura do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando a convocação do secretário municipal de Saúde Pedro Ribeiro Anaisse a este parlamento para prestar esclarecimentos sobre as denúncias do Ministério Público Estadual do Pará – MPPA de ausência de insumos nos Hospitais de Pronto Socorro Municipais de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Matheus Cavalcante. O presidente respondeu já estar agendado o comparecimento do secretário Pedro Anaisse, da secretária municipal de Saneamento Ivanise Gasparim e do procurador geral de Belém Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha a este parlamento, mas, como a Sala Vip estava em obras, não havia ainda condição de recebê-los. O vereador Matheus Cavalcante pediu então que fosse lido e votado outro requerimento de sua autoria e o presidente respondeu que a votação dos requerimentos seguiria a ordem já existente. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial para entrega de comendas, em data a ser definida. Posto em votação, o requerimento foi aprovado pela plenária. Foi feita a seguir a leitura do requerimento da vereadora Sílvia Leticia solicitando a realização de uma sessão especial para discutir os problemas de abastecimento de água e saneamento básico em Belém. Fez o encaminhamento a vereadora Sílvia Leticia. O presidente comunicou haver um requerimento de mesmo teor, de autoria do vereador Igor Andrade, já aprovado anteriormente. Passou-se depois à leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando a realização de uma sessão especial para discutir o tema "Juventude, trabalho e educação". Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. O vereador Matheus Cavalcante justificou depois sua ausência do restante da sessão para participar de um evento externo. Procedeu-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando a realização de uma sessão especial para celebrar o aniversário de fundação do Sistema Senar – Faepa. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Bieco solicitando a realização de uma sessão especial para homenagear as aparelhagens e DJs do município de Belém, com a entrega de honrarias e títulos aos agraciados. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais requerimentos inscritos, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia. Iniciada a Segunda Parte da Ordem do Dia, o vereador John Wayne pediu Questão de Ordem solicitando a mudança da ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 345/2022, de sua autoria, entrasse em discussão, sendo seus artigos votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Permite aos proprietários de garagens cobertas existentes em edifícios e condomínios fechados, a instalação de painéis de energia solar, no âmbito do município de Belém e dá outras providências. (Substitutivo: Adita § 4º ao Art. 62 da Lei nº 7400, de 25/01/1988, possibilitando a instalação de painéis solares nos condomínios horizontais e verticais)", constante no Processo nº 345/2022, de autoria do vereador John Wayne. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. A seguir, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Permite aos proprietários de garagens cobertas existentes em edifícios e condomínios fechados, a instalação de painéis de energia solar, no âmbito do município de Belém e dá outras providências. (Substitutivo: Adita § 4º ao Art. 62 da Lei nº 7400, de 25/01/1988, possibilitando a instalação de painéis solares nos condomínios horizontais e verticais)", constante no Processo nº 345/2022. Assumiu posteriormente a presidência da Mesa a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Justificou seu voto o vereador John Wayne. Em seguida, a presidente Enfermeira Nazaré Lima encerrou a sessão, às dez horas e quarenta e quatro minutos. Justificou sua ausência o vereador Túlio Neves. Estiveram presentes os vereadores: Renan Normando, Miguel Rodrigues, José Dinelly, Roni Gás, Emerson Sampaio e Bieco, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Fabrício Gama, Josias Higino, Pastora Salete e Lulu das Comunidades, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Neném Albuquerque, Blenda Quaresma e John Wayne, pelo MDB; Gizelle Freitas, Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima e Sílvia Leticia, pelo PSOL; Amaury da APPD, Altair Brandão e Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Juá Belém, Goleiro Vinicius e Augusto Santos, pelo Republicanos; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Matheus Cavalcante, pelo Cidadania; Pablo Farah, sem partido; Fábio Souza, sem

partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 29 de agosto de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário